



DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA

Ministro de Justiça e dos Direitos Humanos

Dr. Rui Jorge Carneiro Mangueira

Fórum Nacional sobre os Serviços de Justiça

Luanda, 23 de Fevereiro de 2017.-



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

**SUA EXCELÊNCIA VENERANDO JUIZ PRESIDENTE DO
TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, DR. RUI FERREIRA**

**SUA EXCELÊNCIA VENERANDO JUIZ PRESIDENTE DO
TRIBUNAL SUPREMO, DR. MANUEL ARAGÃO**

SENHORES MINISTROS,

SENHORES REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL,

SENHORES DIRECTORES DO MJDH,

SENHORES FUNCIONÁRIOS DO MJDH,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Gostaria, em primeiro lugar, de dar as boas-vindas a todos os participantes a este Fórum Nacional sobre os Serviços de Justiça, muito obrigada pela presença de todos.

O Fórum Nacional sobre os Serviços de Justiça foi organizado para que nós, operadores de justiça, possamos partilhar e debater convosco, representantes da sociedade civil, o trabalho que está a ser realizado e as reformas que estão a ser implementadas no sector da justiça de Angola.

No entanto, considero que a nossa função mais importante nestes dois dias, será ouvir a mensagem que os utentes nos querem transmitir sobre o funcionamento dos serviços de justiça, e como juntos podemos melhorar a nossa prestação em virtude das reformas em curso.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

Estamos conscientes que este exercício é um grande desafio para todos os presentes, na medida em que, apesar das reformas implementadas, os nossos serviços continuam a apresentar certas debilidades e nem sempre correspondem as expectativas dos nossos cidadãos.

Os temas desta conferência, como refletido no programa, vão certamente levantar questões relevantes sobre o funcionamento dos serviços de justiça, tais como: a resposta do Judicial, a escassez de serviços e meios, a burocracia e a qualidade de prestação dos nossos funcionários, nas conservatórias e nos serviços de Identificação.

Decreto que estes problemas devem ser transversais aos serviços da justiça e devem der correntes nos diferentes órgãos tais como os tribunais, as conservatórias, os postos de identificação civil e criminal, os serviços integrados, os centros de resolução extrajudicial de Litígios e os comités de Direitos Humanos.

A visão é clara: **é urgente trabalharmos no reforço das garantias dos cidadãos, prestando um melhor serviço aos utentes**



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Desde 2013, o executivo Angolano está a implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, que prevê no âmbito da justiça, a consolidação da reforma do sector, assente na continuidade da política de modernização e informatização dos serviços e desburocratização dos procedimentos, bem como a aproximação dos serviços às comunidades, colocando assim o **sistema de justiça ao serviço dos cidadãos.**

A reforma do sector da justiça, ou seja, modernização dos nossos serviços deve ter como ponto de partida a consciência de como estamos e a meta que queremos uma justiça de excelência pelo que, necessário se torna, a criação de um quadro legal adequado, mas sobre tudo de condições substanciais para materializar as exigências que a lei nos impõe.

É na aplicabilidade da Lei e na criação de mecanismos intermédios que muitas vezes falhamos, portanto é exactamente aí, onde necessitamos de concentrar as nossas acções e os nossos esforços.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O Ministério da Justiça é responsável por 520 infraestruturas e 662 serviços de justiça, em todos os municípios do país, e tem 7.162 funcionários.

Em 2013 o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos adquiriu 22 edifícios para criar novas dependências e garantir melhores condições de acesso aos tribunais, até ao momento 6 estão em pleno funcionamento e 16 continuam ainda por ser adaptados.

A nível nacional, temos os tribunais provinciais instalados em todas as províncias e 24 tribunais por todo o País. No entanto estamos atentos as satisfações dos nossos cidadãos. A título de exemplo em 2015, entre os processos transitados de 2014 e entrados em 2015, o volume processual nos tribunais provinciais foi de **140.989**, sendo que as províncias com maior volume foram a de Luanda (39%) , Benguela (16%) , pois inclui o tribunal provincial do Lobito e Huambo (6%) .



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

Apesar destes números parecerem substanciais, não há capacidade para corresponder às expectativas de cerca de 24 milhões de habitantes em todo o território Nacional.

Por está Razão, a modernização dos serviços deve ser implementada de forma gradual, mas sem deixar de ser incisiva e eficaz na concretização dos objectivos propostos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos é responsável pela atribuição do primeiro documento do cidadão, através do acto de registo de nascimento, e posteriormente a atribuição da cidadania com a emissão do Bilhete de Identidade de Cidadão Nacional.

Desde 2009, com a modernização dos serviços de identificação foi possível acelerar o processo de emissão do bilhete de identidade e do registo criminal, e em 7 anos, foram emitidos 8,453,682 de bilhetes por dia, havendo 252 locais de emissão do bilhete de identidade em todo território nacional.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

No entanto, após um diagnóstico verificou-se que milhões de cidadãos nacionais não tinham qualquer documentação, tendo-se em 2013, a partir do Decreto 80/13, Instituído o programa de Massificação de Registo Civil e Atribuição do Bilhete de Identidade, que isentou o registo de nascimento e a emissão do primeiro bilhete de identidade do pagamento de emolumentos.

Este acto de Sua Excelência, o Sr. José Eduardo dos Santos – Presidente da República de Angola, possibilitou que em três anos, pudessem ser emitidos 3,320,829 assentos de nascimentos e 2,477,157 de cidadãos, com poucos recursos financeiros, pudessem ter pela primeira vez o seu bilhete de identidade.

Para atingir este desiderato foi necessário a abertura de 241 postos com serviço de registo e notariado, que praticam cerca de 50 actos diferentes, tais como, registo de nascimento, casamento, registo automóvel, predial e constituição de empresas, autenticação de documentos, e emissão de certidão de óbito, ou seja, o acto de registo acompanha o cidadão do nascimento até a morte.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

O Censo Geral de População e Habitação realizado em 2014 demonstrou que um índice populacional muito superior ao esperado e que 47% da população na altura não possuía registo civil.

Assim sendo, revelou-se o imperativo redobrar esforços, embora estejamos a viver nos últimos três anos com uma redução do orçamento para o sector, facto que nos impossibilita de melhorar a qualidade e quantidade dos nossos recursos humanos.

Outro sim é de lamentar que a demanda pelos nossos serviços crie diariamente “profissões paralelas ilegítimas” que dificultam o acesso dos cidadãos aos serviços e que se traduzem, para estas pessoas pouco sérias, na obtenção de lucro fácil.

O combate a esta situação é constante, temos solicitado constantemente o apoio dos órgãos de polícia, e do próprio cidadão que pode denunciar esta situações ao nosso Call Center (222670670) ou fazer chegar as suas denúncias ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

É assim que nos últimos tempos conseguimos dismantelar algumas redes que em inluio com funcionários das nossas conservatórias e Lojas de Registos, praticavam actos ilegais.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

O nosso objectivo é o aperfeiçoamento constante de um sistema que garanta o acesso, à segurança e à certeza jurídica num prazo razoável e com um atendimento profissional.

Para tal além da contratação e capacitação de pessoal é urgente humanizar os serviços, vinculando os funcionários de justiça ao código de ética e impulsionar uma mudança de mentalidades, lembrando-nos constantemente que enquanto funcionários públicos, mais não somos do que servidores públicos e como tal devemos servir os nossos cidadãos com respeito e em obediência à constituição da República de Angola.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Como todos sabemos o sistema formal de justiça possui regras de funcionamento próprias que são de certa forma de difícil acesso, assim, pretendemos reforçar os mecanismos alternativos de acesso dos cidadãos a justiça, especialmente aos grupos vulneráveis.

Com vista a concretização deste desiderato, em 2014 foi inaugurado o primeiro **Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios (CREL)**, que fornece informação e Consultas



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

Jurídicas, Serviço de mediação e Arbitragem. Foi elaborado um plano de formação de especialistas para trabalhar na área e está prevista a extensão destes serviços para outras províncias.

É com enorme satisfação que o CREL tem verificado um aumento substancial das procuras por parte dos cidadãos, sendo que no ano de **2015** registaram 909 casos e em **2016** 2100 casos, números estes que nos encorajaram a reforçar este serviço e a estende-lo por todo o país, como forma reduzir a demanda dos tribunais.

Por outro lado, relativamente aos **Direitos Humanos**, no **plano interno**, desde a junção do Ministério da Justiça com a Secretaria de Estado para os Direitos Humanos, vários desafios foram identificados em diagnóstico, sendo o principal o desconhecimento dos cidadãos das normas de Direitos Humanos e da Legislação nacional, assim como a necessidade de educação jurídica e diminuição dos actos que configuram violação dos Direitos Humanos.

Foram institucionalizados os Comitês de Direitos Humanos enquanto órgãos locais de promoção e protecção dos direitos dos cidadãos, elaborada a Estratégia de Educação para os Direitos Humanos, reforçadas as formações técnico-



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

profissionais e assinados acordos com Universidades em matéria de Direitos Humanos e criada uma Comissão para trabalhar na prevenção contra o Tráfico de Seres Humanos.

No **plano externo**, demos continuidade ao processo de ratificação e apresentação de Relatórios de Direitos Humanos.

Assim, de 2013 a 2016, Angola apresentou e defendeu , os relatórios de implementação do Pacto dos Direitos Civis e Políticos, o relatório da Convenção contra Todas as formas de Discriminação contra a Mulher, o Segundo Relatório de Avaliação Periódica e Universal e em 2016 o do Pacto dos Direitos Economicos Sociais e Culturais.

Angola Albergou uma Sessão da Comissão Africana dos Direitos Humanos e os Povos, junto com o Fórum das Organizações Regionais aqui em Luanda, e recebeu a visita da Alta Comissaria das Nações Unidas para os Direitos Humanos, do Relator Especial para os Direitos Humanos dos Migrantes e de Comissarias Africanas.

Para garantia e efectivação dos Direitos Humanos dos cidadãos, temos muito a percorrer, nomeadamente, a concretização de um sistema de estatísticas de Direitos Humanos, instrumento que permitirá medir com maior



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro

facilidade o cumprimento dos Direitos Humanos no País, aprovar e implementar a estratégia Nacional de Educação de Direitos Humanos, reforçar as Instituições Nacionais de Direitos Humanos, entre outras.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Estou convicto que estes dois dias de trabalho serão muito profícuos, especialmente pelos painéis dos excelentes oradores e uma plateia tão atenta e qualificada de participantes.

Almejamos ouvir de vós sugestões construtivas e adequadas a nossa realidade e ao nosso quadro jurídico-legal sobre como poderemos melhorar a nossa justiça, de Cabinda ao Cunene.

Estejam cientes que as propostas recolhidas merecerão do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, uma reflexão séria e profunda e contribuirão para a tarefa sempre inacabada de aperfeiçoamento do sistema de justiça.

Tal como dizia Agostinho Neto no nosso poema “Novo Rumo” E passo a citar **“somos o ritmo construtivo do novo”** .Fim de citação.

Assim,devemos ter uma nova postura,nova mentalidade e nova visão de como ser cidadão.

Muito Obrigado!



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete do Ministro